### Diagnóstico Municipal

### Introdução

O presente documento tem como objetivo fornecer informações para o embasamento do Programa de Investimento em Gestão de Infraestrutura Pública para Eficiência Municipal (PROGEINFRA) e complementar as informações fornecidas na Proposta de Desenvolvimento da Operação (POD). A finalidade do programa é apoiar a melhoria da eficiência da infraestrutura e dos serviços públicos municipais, mediante investimentos e soluções inovadoras implementadas por meio de uma Linha de Crédito do Banco do Brasil. O BB será responsável por coordenar, planejar, monitorar e executar as atividades relacionadas aos projetos e ações financiadas com recursos do BID.

Municípios brasileiros com população até 500 mil habitantes estarão aptos a acessar uma linha de crédito para financiar projetos de investimento de valores até US$7 milhões em eficiência energética, infraestrutura viária e sistemas de abastecimento de água. O recorte dos municípios de pequeno e médio porte se justifica pelo fato de este grupo apresentar uma carência de recursos financeiros próprios e uma dificuldade no acesso à financiamento. A situação dessas prefeituras se agrava com o cenário de crise enfrentado pelos governos brasileiros e a redução dos repasses federais e estaduais. Assim, o programa pretende reduzir a brecha de crédito no Brasil para modernizar a infraestrutura dos municípios e, consequentemente, aumentar a eficiência e diminuir custos de manutenção.

O documento apresenta uma visão geral dos pequenos e médios municípios brasileiros em termos de produtividade e crescimento econômico; situação fiscal e acesso a financiamento; e capacidade de gestão de infraestruturas. Com isso, é possível perceber a situação do país nos últimos anos e uma perspectiva de curto e médio prazos.

Com este trabalho pretende-se demonstrar a importância dos investimentos na melhoria da eficiência de infraestrutura no país. Considerando que os centros urbanos com população até 500.000 habitantes correspondem a maioria dos municípios brasileiros, é possível gerar um grande impacto na qualidade de vida dos cidadãos com o aumento da produtividade, eficiência e dinamismo da economia municipal.

# Uma perspectiva dos municípios brasileiros

O Brasil é um país de dimensões continentais composto por 5.570 municípios. Conforme dados do censo demográfico de 2010, levantado pelo IBGE, mais de 90% deles apresentam população abaixo de 500 mil habitantes. A Constituição Federal de 1988 trouxe um aumento nas responsabilidades dos governos locais, porém as prefeituras enfrentam até os dias atuais dificuldades em honrar com eficiência o grande fardo que lhes coube. Os municípios de pequeno e médio porte são os que mais sofrem com as incapacidades e ineficiências na provisão de infraestruturas e serviços aos seus cidadãos.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| População residente e número de municípios, total e respectiva distribuição percentual, segundo as classes de tamanho da população dos municípios - 2010 | | | | |
| Classes de tamanho da população dos municípios (habitantes) | População residente | | Número de municípios | |
| Total | % | Total | % |
| Brasil | **190.755.799** | **100.0** | **5.565** | **100.0** |
| Até 5.000 | 4.374.345 | 2,3 | 1.301 | 23,4 |
| De 5.001 até 10.000 | 8.541.935 | 4,5 | 1.212 | 21,8 |
| De 10.001 até 20.000 | 19.743.967 | 10,4 | 1.401 | 25,2 |
| De 20.001 até 50.000 | 31.344.671 | 16,4 | 1.043 | 18,7 |
| De 50.001 até 100.000 | 22.314.204 | 11,7 | 325 | 5,8 |
| De 100.001 até 500.000 | 48.565.171 | 25,5 | 245 | 4,4 |
| Mais de 500.000 | 55.871.506 | 29,3 | 38 | 0,7 |
| Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. | | | | |

As próximas seções constituem um panorama da situação dos municípios brasileiros em termos de gestão de infraestruturas, situação fiscal e uma perspectiva da produtividade e do crescimento econômico nos últimos anos e no futuro próximo. Com as recentes mudanças no panorama econômico no Brasil, é importante o entendimento geral da situação atual em que se encontra o país.

## Produtividade e crescimento econômico

Os avanços econômicos e sociais nas últimas décadas na América Latina foram relevantes. Os sucessos econômicos acumulados pelos principais países da região caminharam em paralelo à redução tanto da pobreza quanto, em menor medida, das desigualdades[[1]](#footnote-1). O Brasil teve grande participação nesse desenvolvimento econômico, porém além de ainda ser um dos países mais desiguais da região teve um grande declínio no crescimento no período pós 2014.

Se comparado com outros países da América Latina, o Brasil é o que apresenta as taxas de poupança e investimentos mais baixas (17,6% e 18% do PIB, respectivamente, no período 2003-2012), e o que melhora mais vagarosamente[[2]](#footnote-2). Além disso, os níveis de investimento público caíram nos últimos anos, após um período de expansionismo entre 2005 e 2014, o que tende a agravar ainda mais a atual situação econômica do país.

No que toca ao investimento, países que já dispõe de infraestruturas adequadas, podem direcioná-lo para os equipamentos diretamente produtivos. Outros, como é o caso do Brasil, precisam encontrar recursos adicionais para adequar o seu sistema de transporte ou a sua geração de energia, por exemplo. Em um cenário de escassez de recursos, a provisão de infraestruturas fica prejudicada e dependente de inovação no uso eficiente das já existentes.

Segundo dados do IPEA (2016), os investimentos privados e públicos em infraestrutura de transportes no Brasil cresceram três vezes e meia entre 2003 e 2010. Passaram de R$ 9,1 bilhões para R$ 31,6 bilhões. Ficaram relativamente estabilizados entre 2010 e 2014, com aplicação média anual da ordem de R$ 32,1 bilhões. Porém, foram significativamente reduzidos em 2015, com investimentos totais de R$ 28,2 bilhões. As inversões privadas, em boa medida por exigências dos contratos de concessão, ainda cresceram em 2015 em relação ao ano anterior, passando de R$ 18,0 bilhões para R$ 18,4 bilhões. As dificuldades ocorreram por conta da forte retração dos investimentos públicos federais, que caíram 37,6%, de R$ 15,7 bilhões (2014) para R$ 9,8 bilhões (2015)[[3]](#footnote-3).

Um fato agravante é que o momento de incerteza político-econômico vivido pelo país desestimula a poupança e o investimento, o que afeta seu potencial de crescimento. Os inevitáveis ajustes fiscais tendem a estar associados a cortes desproporcionais nos investimentos públicos, o que cria um viés pró-cíclico na política fiscal que acaba impactando negativamente o crescimento econômico por ocasionar volatilidade, incertezas e descontinuidades nos projetos[[4]](#footnote-4).

Considerando que a poupança nacional de um país corresponde a soma da poupança privada (das empresas e das famílias) e da poupança do governo, em um cenário de redução da última, uma grande porcentagem dos investimentos fica à cargo do setor privado. Porém, a destinação desse capital fica à mercê dos interesses particulares, sobrepondo-se, muitas vezes, aos interesses coletivos.

Assim, existe uma necessidade latente de impulsionar o investimento público no Brasil. Com infraestruturas insuficientes, baixa eficiência no fornecimento de energia e água, e uma mobilidade urbana débil, a produtividade e o crescimento econômico andam a passos lentos. A recuperação da confiança no governo e um cenário de otimismo são cruciais para a retomada do desenvolvimento no país.

O ponto positivo é que o PIB brasileiro voltou a crescer em 2017, segundo o IBGE, após forte recuo no período 2015-2016. De acordo com estudo do Banco Credit Suisse, a retomada da economia deveu-se a um conjunto de fatores endógenos e exógenos, entre os quais: mudança de expectativas em relação à orientação de política econômica, forte crescimento da safra agrícola e crescimento global mais expressivo[[5]](#footnote-5).

Ainda segundo mesmo estudo, há previsão de crescimento do PIB para 2018, ainda que tímido, de 2,5%. O crescimento muito acima disso é pouco provável devido a algumas restrições como o baixo consumo do governo, a lenta retomada do crédito e a elevada incerteza eleitoral. A expansão do PIB se dará principalmente pelo crescimento do consumo das famílias. O maior crescimento dos investimentos também contribuirá para a maior expansão doméstica, enquanto o consumo do governo será uma restrição para uma dinâmica ainda mais favorável.

Nesse sentido, é de extrema importância o apoio aos municípios brasileiros na retomada do investimento em infraestruturas e na melhoria da eficiência. Centros urbanos abaixo de 500 mil habitantes costumam ter baixa capacidade de tomar empréstimos, mas correspondem a mais de 90% do total dos municípios brasileiros. Em um momento de rediscussão do regime fiscal do país é importante que se leve em consideração a repercussão dos investimentos públicos sobre o crescimento econômico e o desenvolvimento.

## Situação fiscal e acesso a financiamento

A realidade financeira dos municípios brasileiros, como já citado no item anterior, é a de grande dependência de repasses de outras esferas de governo. As receitas próprias são baixas, existindo uma insuficiência das bases tributárias que se somam as deficiências dos sistemas de arrecadação e as desigualdades entre áreas diversamente providas. Porém, no Brasil as despesas dos estados e dos municípios representam 50% dos gastos do Governo Federal[[6]](#footnote-6).

Os principais tributos municipais são de base urbana: o IPTU e o ISS. Em geral, apenas os polos urbanos de maior dimensão conseguem realmente cobrar IPTU, uma vez que a sua geração está diretamente relacionada ao nível de urbanização e uma organização institucional mais sofisticada para viabilizar a arrecadação. Alguns municípios pequenos que desenvolvem atividades turísticas são exceção a esta regra. Apenas os 128 municípios com população superior a 200 mil habitantes (2,3% dos municípios brasileiros) conseguem superar a média nacional em termos de receita tributária[[7]](#footnote-7).

Portanto, grande parte das receitas dos municípios vem das transferências obrigatórias e voluntárias, tanto dos governos estaduais como do Governo Federal. No ano de 2008 a receita orçamentária dos municípios brasileiros era constituída em média por 16,34% de receitas tributárias, 68,21% de receitas de transferências e 15,45% de outras receitas[[8]](#footnote-8).

A situação se agrava ainda mais em um contexto de crise, vivido nos últimos anos pelo país. Dois anos de queda seguidos do PIB puxaram para baixo a arrecadação da União e dos estados (FNP, 2018). A conjuntura crítica da economia brasileira reduziu os recursos disponíveis para o setor público como um todo. Importantes arrecadações municipais sofreram perdas, sendo as mais significativas nas transferências do ICMS, no ISS e no ITBI, todos impostos muito sensíveis às variações na atividade econômica[[9]](#footnote-9).

Nesse contexto, os municípios se viram obrigados a recorrer a outra fonte de receitas, as receitas de capital[[10]](#footnote-10). Comparando os anos de 2015 e 2016, essa fonte cresceu 13%, passando de R$ 20,33 bilhões para R$ 22,97 bilhões. Vale ressaltar que as operações de crédito são responsáveis pela maior fatia, atingindo R$ 7,19 bilhões, em 2016, valor 17,3% maior que o do ano anterior ou R$ 1,06 bilhões a mais[[11]](#footnote-11).

O fato das operações de crédito terem aumentado nos últimos anos não significa que os valores sejam altos. O acesso dos governos locais ao crédito é, geralmente, muito controlado, no intuito de conter a dívida pública como um todo. Por esse motivo, em 2016 as prefeituras brasileiras continuaram bem avaliadas no IFGF Custo da Dívida – Índice FIRJAN de Gestão Fiscal –, sendo este o melhor dos indicadores acompanhados. Do total de municípios analisados, 3.076 (67,7%) prefeituras receberam Conceito A e 1.101 (24,2%) Conceito B. Fato é que os municípios têm muito pouco acesso à contratação de dívida[[12]](#footnote-12).

Em realidade, as receitas provenientes de operações de crédito estão concentradas em poucos municípios, sendo a maioria acima de 500 mil habitantes (ver gráfico 1). Apenas no Rio de Janeiro, o valor de R$ 2,30 bilhões correspondeu a 32% do total dessa receita no país. Outro fato relevante é de que as receitas de capital em 2016 foram responsáveis por 55,7% de todo investimento municipal, sendo as operações de crédito 17% desse total[[13]](#footnote-13).

Fonte: FNP, 2018.

Porém, mesmo tendo recorrido às receitas de capital, os investimentos atingiram o menor nível em mais de dez anos (FIRJAN, 2017). Em 2016, apenas 6,8% do orçamento das cidades foi destinado aos investimentos, o menor percentual desde 2006. Em comparação com ano anterior, os municípios deixaram de investir R$ 7,5 bilhões. Quatro em cada cinco municípios (80,6%) receberam Conceito C ou D no IFGF Investimentos o que significa que 3.663 cidades não investiram sequer 12% do orçamento[[14]](#footnote-14).

Fato que agrava a baixa taxa de investimentos em infraestruturas dos municípios brasileiros é o comprometimento de um grande percentual da receita com saúde, educação e custeio de pessoal. Levantamento elaborado a partir de dados de 2011 disponibilizados pelo IPEA[[15]](#footnote-15) demonstram que, para os municípios com população até 500 mil habitantes, a média nacional de gastos com saúde é de 24,55% da receita. O número sobe para 29,14% da receita quando se trata de educação. Já a despesa com custeio de pessoal em relação à despesa orçamentária total, para mesmo porte de municípios, é de 66,82%. Dessa forma, sobra pouco para o investimento em infraestrutura de transporte, geração de energia e abastecimento de água, por exemplo.

Ainda assim, o indicador de condições financeiras[[16]](#footnote-16) calculado pelo Banco Credid Suisse, sugere uma situação mais favorável em 2017, após forte deterioração das condições financeiras entre 2014 e 2016. De qualquer maneira, uma alta da taxa de investimento para os anos de 2018 e 2019 é improvável, considerando que o nível de despoupança do governo permanecerá elevado, em função da manutenção do forte desequilíbrio fiscal.

O fato é que a receita total per capita média dos municípios brasileiros é baixa. Existe ainda uma grande discrepância entre as diferentes regiões do país (ver gráfico 2). Conforme ressaltado pela Frente Nacional do Prefeitos (FNP), hoje a distribuição de recursos entre os municípios desconsidera a diversidade entre eles e, assim, aumenta as disparidades e contribui para a existência de cidades onde reside uma população socioeconomicamente vulnerável e, paradoxalmente, onde o setor público dispõe de pouco mais da metade da receita per capita média nacional dos municípios para ofertar os serviços públicos que essa parcela da população tanto precisa.

Fonte: FNP, 2018.

## Capacidade de gestão de infraestruturas

A Constituição Federal de 1988, em uma intenção de descentralização federativa, expande a autonomia dos municípios concedendo-lhes poderes administrativos, financeiros e políticos. Assim, foram repassadas aos municípios responsabilidades ligadas ao ordenamento do território, à prestação de serviços e ao desenvolvimento. Questões estas que põem à prova a capacidade dos governos locais de se articularem entre si e com outras esferas de governo[[17]](#footnote-17).

Desde de então, no processo de descentralização, muitos governos locais se modernizaram e aprimoraram a gestão municipal. A realidade dos municípios no Brasil é muito heterogênea, mas é perceptível uma mudança geral no funcionamento das prefeituras locais. Também existe um incentivo a uma mudança para uma gestão mais democrática aberta à participação e à fiscalização cidadã.

Um levantamento feito pelo IBGE em 2015 demonstrou que 97,1% dos municípios brasileiros possuem pelo menos uma das seguintes atividades informatizadas: cadastro e/ou banco de dados de saúde, de educação, de patrimônio e de funcionários, bem como controle da execução orçamentária e folha de pagamento. O dado apresenta pouca variação não só entre as classes de tamanho da população dos municípios, como também entre as Grandes Regiões[[18]](#footnote-18).

Porém, apesar dos avanços citados, existem alguns percalços para o funcionamento adequado do sistema. A distância, o isolamento, a carência de recursos financeiros e humanos e os esquemas de corrupção impedem alguns governos locais de atuar com eficiência e de forma democrática. Existe uma ampla discussão sobre a verdadeira autonomia dos municípios principalmente no que toca às questões financeiras.

De forma geral, as receitas próprias dos municípios são muito baixas – em média 6,5% da receita orçamentária total. Se considerarmos as receitas orçamentárias per capita, a média no período 2005-2008 foi de R$ 1.530,00, valor insuficiente para fazer frente às necessidades de investimentos municipais em urbanização[[19]](#footnote-19).

Entretanto, em grande parte dos casos, é necessário que as municipalidades comprovem suas capacidades de gestão antes de receberem competências e recursos de outras fontes. E é aí que se encontra um dos principais entraves ao desenvolvimento. Em realidade, o que se observa é que os governos locais são pouco eficientes, excessivamente burocráticos e carentes de recursos financeiros e humanos aptos e competentes.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a prática da descentralização tanto pode modernizar os municípios como enfraquecê-los[[20]](#footnote-20). A falta de capacidade de gestão das prefeituras acaba por dispersar as ações e subutilizar os escassos recursos públicos. Também deve ser levado em consideração o porte dos municípios. Não há dúvida de que os menores apresentam uma capacidade reduzida em termos de pessoal e receita. Segundo o Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF 2017) apenas 13 das 4.544 prefeituras avaliadas obtiveram o grau de excelência na gestão dos recursos públicos.

Os dados revelam um aumento muito significativo dos recursos do Orçamento Geral da União (OGU) repassados para os municípios na área de desenvolvimento urbano. Entre 2001-2004 e 2005-2008 o incremento de transferências orçamentárias do governo federal para os municípios nessa área foi de 751%. Todavia, os indicadores apontam uma priorização das áreas de habitação e saneamento e, no segundo período, verifica-se um maior investimento dos recursos em políticas para cidades de maior porte[[21]](#footnote-21).

No contexto de baixa capacidade de gestão, as prefeituras se veem obrigadas a contratar empresas privadas e/ou pessoas para assessorá-las ou executar diretamente serviços públicos. Segundo dados obtidos pelo IBGE (2015), a assessoria era contratada em 85,8% dos municípios brasileiros. O serviço de assessoria era mais frequente nos municípios com menor porte populacional, como se verifica no gráfico 4.

A pesquisa também aponta que além de terceirizar serviços de assessoria, as prefeituras também contratam empresas para desempenhar diretamente atividades de responsabilidade da administração pública municipal, em áreas como: segurança dos prédios da prefeitura, iluminação pública, limpeza urbana e coleta de resíduos sólidos domiciliar, hospitalar e industrial.

Fonte: IBGE, 2015.

Nesse sentido, diante da incapacidade das prefeituras de gerir tantas responsabilidades, a inovação é fundamental no aumento da eficiência. Com o uso da tecnologia e a padronização de procedimentos de coleta de dados municipais, as prefeituras terão um conhecimento sistematizado dos processos e projetos existentes. Assim, aumentam suas capacidades de fazerem operações de crédito e executá-las, sem ter que contratar ajuda externa.

Como ressaltado por Ermínia Maricato (2002), não se deve esvaziar o poder local da possibilidade de iniciativas muito importantes e algumas até fundamentais e indispensáveis. O que realmente interessa é relativizar a autonomia do poder local na solução de problemas estruturais. Sendo assim, os municípios brasileiros se fazem carentes não apenas de apoio financeiro para o investimento em infraestruturas, mas também de auxílio no fortalecimento das estruturas gerenciais de governo.

### Conclusão

Conforme mencionado, na introdução do presente trabalho, a maioria dos municípios brasileiros se encontra na faixa de pequeno e médio porte, ou seja, até 500 mil habitantes. Em termos de produção e crescimento econômico, o país sofreu uma queda nos últimos anos, principalmente no período pós 2014, devido à crise econômica e política. As perspectivas são de que o país voltará a crescer este ano, porém a passos ainda lentos.

Dentro do mesmo contexto, a situação fiscal e o acesso à financiamento desses municípios se encontram gravemente prejudicados, considerando que dependem basicamente de transferências de outras esferas de governo e da contração de empréstimos. A diminuição dos repasses estaduais e federais nos últimos anos somada à baixa receita própria deixou as prefeituras em uma difícil situação para honrar com suas despesas. A principal consequência foi a baixa no nível de investimentos em infraestruturas e fornecimento de serviços para população.

Por fim, diante do grande fardo de responsabilidades carregado pelos governos locais no Brasil, a gestão desses entes da federação necessita reforço. A baixa capacidade das prefeituras, especialmente dos municípios de menor porte, prejudica a eficiência do uso dos escassos recursos disponíveis. A inovação nesse setor é imprescindível para que se veja uma mudança na forma de gerir os recursos públicos na provisão de serviços de qualidade para a população.

Para concluir, a situação atual dos municípios de até 500 mil habitantes no Brasil demonstra a necessidade de apoio para uma melhor gestão das infraestruturas. Sem a facilitação no acesso a financiamentos, o auxílio na elaboração de projetos e a melhoria nas capacidades de gestão, a provisão de serviços para os cidadãos continuará ineficiente. A retomada da produtividade e do crescimento econômico do país depende consideravelmente da recuperação dos níveis de investimento nos centros urbanos brasileiros.

1. Institut des Amériques, AFD – Agência Francesa de Desenvolvimento. Os desafios do desenvolvimento na América Latina. A Savoir: 2014. [↑](#footnote-ref-1)
2. Ibid. [↑](#footnote-ref-2)
3. IPEA. Reflexões sobre investimentos em infraestrutura de transporte no Brasil. 2016. <http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/radar/161110_radar_47.pdf> [↑](#footnote-ref-3)
4. IPEA. Investimento Público no Brasil: trajetória e relações com o regime fiscal. 2016. <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6873/1/TD_2215.PDF> [↑](#footnote-ref-4)
5. Credit Suisse. Brasil: Cenário melhor, mas ainda incerto para 2018 e 2019. 11 de dezembro de 2017. [↑](#footnote-ref-5)
6. Institut des Amériques, AFD – Agência Francesa de Desenvolvimento. Os desafios do desenvolvimento na América Latina. A Savoir: 2014. [↑](#footnote-ref-6)
7. O Estado das Cidades no Brasil: Relatório 2000-2009. <http://www.citiesalliance.org/sites/citiesalliance.org/files/Estado-das-cidades-Brasil-PR-web.pdf> [↑](#footnote-ref-7)
8. Ibid. [↑](#footnote-ref-8)
9. FNP – Frente Nacional de Prefeitos. Multi Cidades: Finanças dos Municípios do Brasil. 2018. <http://multimidia.fnp.org.br/biblioteca/publicacoes/item/683-multi-cidades-ano-13-2018> [↑](#footnote-ref-9)
10. Receitas de capital são recursos provenientes de operações de crédito, alienações de bens e das transferências de capital recebidas dos demais níveis de governo e destinadas a financiar as despesas de capital, sendo aplicadas, normalmente, em investimentos (FNP, 2018). [↑](#footnote-ref-10)
11. Ibid. [↑](#footnote-ref-11)
12. IFGF 2017: Índice FIRJAN de Gestão Fiscal. <http://publicacoes.firjan.org.br/ifgf/2017/files/assets/basic-html/page-22.html> [↑](#footnote-ref-12)
13. FNP – Frente Nacional dos Prefeitos. Multi Cidades: Finanças dos Municípios do Brasil. 2018. <http://multimidia.fnp.org.br/biblioteca/publicacoes/item/683-multi-cidades-ano-13-2018> [↑](#footnote-ref-13)
14. IFGF 2017: Índice FIRJAN de Gestão Fiscal. <http://publicacoes.firjan.org.br/ifgf/2017/files/assets/basic-html/page-22.html> [↑](#footnote-ref-14)
15. <http://www.deepask.com/> [↑](#footnote-ref-15)
16. O Indicador de condições financeiras (ICF), reúne as seguintes variáveis financeiras: (i) risco país EMBI; (ii) Ibovespa; (iii) índice de preços de garantia de imóveis; (iv) volume de crédito bancário; (v) taxa de câmbio real efetiva; (vi) taxa de juros Selic; e (vii) taxa de juros dos empréstimos bancários (Credit Suisse, 2017). [↑](#footnote-ref-16)
17. Institut des Amériques, AFD – Agência Francesa de Desenvolvimento. Os desafios do desenvolvimento na América Latina. A Savoir: 2014. [↑](#footnote-ref-17)
18. IBGE. Perfil dos Municípios Brasileiros 2015. [↑](#footnote-ref-18)
19. O Estado das Cidades no Brasil: Relatório 2000-2009. <http://www.citiesalliance.org/sites/citiesalliance.org/files/Estado-das-cidades-Brasil-PR-web.pdf> [↑](#footnote-ref-19)
20. Institut des Amériques, AFD – Agência Francesa de Desenvolvimento. Os desafios do desenvolvimento na América Latina. A Savoir: 2014. [↑](#footnote-ref-20)
21. O Estado das Cidades no Brasil: Relatório 2000-2009. <http://www.citiesalliance.org/sites/citiesalliance.org/files/Estado-das-cidades-Brasil-PR-web.pdf> [↑](#footnote-ref-21)